

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — *Presidente*
Luiz Fernando Ferreira Levy — *Vice-Presidente*

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

Segunda-feira, 10 de outubro de 1994

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Henrique Alves de Araújo
José Ruy Alvarez Filho
Luiz Augusto de Castro

Página 4

Os primeiros indícios de que a estabilidade econômica, em especial no caso do Brasil, é um forte indutor ao crescimento econômico começam a surgir. Segundo foi divulgado na semana passada, o Produto Interno Bruto (PIB) do País, que, no segundo trimestre deste ano, sofrera um arrefecimento, poderá acusar uma expansão de 4% neste ano, segundo projeções do IBGE.

Lembram os analistas que a retração do PIB entre abril e junho resultou do adiamento de compras pelas empresas, adaptação à URV e às incertezas quanto à entrada em vigor do real a partir de 1º de julho. Esse espelho conjuntural diz a verdade, mas não desmente — antes confirma — a tese de que em países que estiveram à beira da hiperinflação ou nela chegaram a ingressar podera haver surtos de crescimento, como já ocorreu aqui, mas não têm segurança para aspirar a um período prolongado de desenvolvimento a taxas compatíveis com as necessidades de seu povo.

A questão merece ser examinada mais a fundo exatamente nesses termos. Para os países desenvolvidos, taxas de crescimento

da ordem de 3 a 4% são plenamente satisfatórias. Basta lembrar as recentes projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, depois de anos de ceticismo, chega a prever um crescimento da economia dos países desenvolvidos da ordem de 3,5% em 1995. Isso sinalizaria o fim da recessão que remonta aos meados dos anos 80. Para os países em desenvolvimento, em estágio mais avançado de industrialização, como o Brasil e alguns de seus vizinhos latino-americanos, crescer 3,5% ao ano não chega a configurar uma virada, abrindo as portas para um novo ciclo de expansão. Mesmo considerando que as taxas de crescimento demográfico nesses países estão em queda, elas são ainda bastante elevadas para que um crescimento na faixa de 3% tenha mais impacto sobre os níveis de renda “per capita”.

É oportuno notar que é justamente este o ponto focal de editoriais que duas das mais

importantes publicações econômicas do mundo dedicaram, nos últimos dias, à vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 3 de outubro. Para o Financial Times, o Brasil, se vencer desafios ainda existentes, pode crescer sem inflação, de modo a aliviar as suas desgraças sociais. The Economist bate na mesma tecla ainda com mais força. O resultado do pleito, diz a revista britânica, pode iniciar um “gigantesco passo em direção à sanidade econômica”, assinalando que o Brasil “precisa de um período de baixa inflação e crescimento firme. Somente assim sua população pobre (...) poderá participar mais da riqueza do País” (ver abaixo).

Convém também destacar que ambas as publicações correlacionam de maneira muito clara o crescimento econômico do Brasil com o da América do Sul ou, em escala mais ampla, com o da América Latina. Isso não resultará apenas da participação do País no Mer-

cosul, e de seu propósito declarado, com o apoio da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, de associar-se a outros vizinhos, como o Chile e a Venezuela, para citar os casos em que as negociações para adesão ao bloco estão mais adiantadas. Nem mesmo da concretização da Área Sul-Americana de Livre Comércio (ALCSA). Uma economia brasileira próspera, pelo seu peso, além da influência que exercerá junto a seus parceiros do continente, deve atrair um fluxo de capitais talvez sem precedentes para esta parte do mundo.

Emanando do Palácio do Planalto uma clara diretriz social, os níveis de renda da população em geral podem ter uma melhoria até espantosa. Neste ponto, porém, é sempre conveniente recordar a velha advertência do FMI. Crescer é ótimo, mas seria um erro para qualquer país deixar-se dominar pela euforia, desleixando a política voltada para o combate à inflação.

É confortadora a certeza de que o futuro presidente, pela experiência adquirida e pelo tirocínio que tem demonstrado, não deixará seu governo resvalar para essa armadilha.

Clon. Brasil